

Boletim Económico

Publicação trimestral da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Volume 1, Número 4
Janeiro /2004

O que é e o que faz um Banco Central

NESTA EDIÇÃO

O que é e o que faz um Banco Central	1
Paredes de vidro	2
ASEAN e Timor-Leste	3
Estatísticas monetárias	5
As nossas moedas	6
Preços; Balança da ABP	7
Mercados cambiais e financeiros	8
E a terminar... IDE e desenvolvimento	9

Note que...

- ? **A Autoridade Bancária e de Pagamentos é já um “banco central” de facto, ainda que não o seja de jure**
- ? A Divisão de Estudos Económicos e Estatística é a responsável pelo acompanhamento da situação da economia nacional, pela elaboração das estatísticas monetárias e pela publicação deste “Boletim Económico”
- ? **A AFTA—ASEAN Free Trade Association, do Sudeste asiático, pode ser importante para o aumento das exportações de Timor-Leste e, consequentemente, para o seu desenvolvimento**
- ? O Investimento Estrangeiro é essencial para o desenvolvimento económico de Timor-Leste e exige a tomada de medidas que o atraiam mas os empresários nacionais devem ser também apoiados.

A propósito da entrada em circulação das moedas de Timor-Leste, os “centavos”, no passado dia 10 de Novembro de 2003, muito se falou e se escreveu sobre a necessidade de o país ter um Banco Central.

Porque nos parece haver muita confusão sobre o assunto, julgamos importante apresentar aqui uma breve reflexão sobre este tema e sobre o papel que tal instituição pode ter em Timor-Leste.

As funções de um Banco Central estão, hoje, relativamente estandardizadas. Isto é: quase todos os Bancos Centrais desempenham funções semelhantes. Há um caso, porém, que merece especial referência: o de Bancos Centrais de países que, como no caso de Timor-Leste, não emitem moeda própria, utilizando a de outros países. Exactamente por ser este o caso do nosso país, deixemos a sua análise para o fim e vejamos quais os aspectos fundamentais da acção de um Banco Central “normal”.

O primeiro “Banco Central” (o da Inglaterra) surgiu no final do séc. XVII mas apenas em meados do séc. XIX teve o monopólio da emissão de notas e moedas. Esse privilégio e o facto de dispôr de grandes recursos financeiros deu-lhe também a possibilidade de assumir as funções de “banqueiro dos bancos” sempre que estes precisavam de empréstimos. A maior parte dos países europeus veio a criar o seu próprio Banco Central durante o séc. XIX mas a maioria dos outros países só o criaram no séc. XX.

Nos primeiros tempos, os Bancos Centrais eram também os “banqueiros do Estado”, podendo emprestar dinheiro a este. Mais tarde, para evitar o excessivo recurso do Estado aos empréstimos do Banco Central e o consequente aumento excessivo da circulação monetária (i.e., o volume de notas e moedas em utilização corrente) — que esteve na origem da inflação verificada em vários países —, os Bancos Centrais passaram a ser proibidos de efectuar empréstimos ao Estado. Este continua, porém, a poder obtê-los mas, para isso, terá de os negociar com os bancos comerciais, como qualquer outro cliente. Note-se, no entanto, que hoje em dia o recurso ao crédito bancário tende a ser limitado, preferindo-se-lhe a emissão dos chamados “títulos do Tesouro” que podem ser adquiridos pelo público em geral — e pelos bancos comerciais, claro.

Em resultado desta evolução, as actuais funções principais dos Bancos Centrais são comumente as seguintes:

- 1) Ser emissor da moeda nacional através da emissão de notas e moedas;
- 2) Assegurar a estabilidade interna da dita moeda, nomeadamente assegurar que a circulação monetária seja apenas a necessária para assegurar um crescimento económico

sem inflação;

- 3) Assegurar a estabilidade externa da dita moeda, nomeadamente assegurar a tomada de decisões da política cambial do país e potencialmente actuar no mercado cambial (usar ou não moeda própria, qual a taxa de câmbio em relação às outras moedas e qual a sua evolução, etc);
- 4) Ser o “banco dos bancos”, aceitando depósitos deles e em certos casos e mediante garantias efectivas, emprestar-lhes dinheiro. Os bancos comerciais devem, quando necessitam de dinheiro e preferencialmente, recorrer aos outros bancos comerciais;
- 5) Fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras do país de modo a assegurar que elas funcionam regularmente e que os depósitos estão a ser utilizados segundo princípios que garantam que os depositantes poderão recuperar o seu dinheiro se e quando o desejarem;
- 6) Promover a estabilidade do sector bancário e financeiro do país através do estabelecimento dum quadro de supervisão bancária e financeira e garantindo a gestão eficiente do sistema de pagamentos do país (cheques e operações interbancárias);
- 7) Gerir as reservas em moeda externa do país — ou, melhor, do próprio Banco Central — e por vezes actuar como banco do Governo, efectuando os pagamentos do Estado (e, por vezes, também parte dos seus recebimentos), quer nacionais quer internacionais;
- 8) Aconselhar o governo quanto à política orçamental e outras políticas económicas a prosseguir.

E em Timor-Leste?

Como se sabe, Timor-Leste conta, desde o fim de Novembro de 2001, de uma entidade denominada Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. Será ela um Banco Central?

Ora, a Autoridade Bancária e de Pagamentos desempenha já hoje, a maior parte das funções que caracterizam um “Banco Central”. E isto apesar de não se chamar assim. Mas o leitor também não deixa de ser quem é se lhe chamarem José em vez de António, como o baptizaram os seus pais e padrinhos, não é verdade?!...

A única função relevante caracterizadora de um Banco Central que a ABP/BPA não desempenha é a emissão de moeda “nacional” (*currency*) e com esta as funções diretamente ligadas à esta emissão, ou seja as funções 1,2 e 3 acima mencionadas.

Mas esta foi uma decisão tomada no tempo da administração da UNTAET com o acordo dos dirigentes timorenses de então.

Continua na página seguinte

O que é um Banco Central? (continuação da página anterior)

Nas páginas do “Boletim Económico” editado em Maio/2003, aquando do anúncio da emissão dos “centavos”, explicaram-se as principais razões pelas quais não há condições — e previsivelmente continuará a não haver nos próximos 3 ou 4 anos, pelo menos — para emitir a moeda nacional timorense. Sugerimos a sua releitura.

Porém, não podemos deixar de aproveitar a ocasião para salientar que enquanto Timor-Leste mantiver a utilização do USD como moeda nacional, o “Banco Central” — que a ABP/BPA já é, “*de facto*” ainda que não “*de jure*”, o que deverá vir a ser durante o primeiro semestre de 2004 — terá sempre uma intervenção limitada no desempenho da política económica (em geral) do país.

De facto, as duas componentes desta que estão a seu cargo têm, entre nós,

uma utilização muito limitada: a política cambial é inexistente por não existir moeda própria e os instrumentos de política monetária susceptíveis de serem utilizados são poucos e de eficácia relativamente reduzida (como, p.ex., as reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do Banco Central).

O Banco Central não pode, também, influenciar as taxas de juro do mercado porque, para isso acontecer, era preciso que os bancos comerciais lhe pedissem dinheiro emprestado — o que não fazem porque têm depósitos suficientes para financiarem o crédito que concedem.

Note-se, porém, que mesmo que o futuro “Banco Central de Timor-Leste” possa emitir moeda própria, não se pense que lhe cabe o papel determinante na definição e implementação da política económica (em geral) e no sucesso desta.

De facto, as políticas monetária e

cambial são essenciais para criar um ambiente económico estável, com inflação moderada (que não pode ser conseguida à custa de controlos administrativos sobre os preços, que são mais prejudiciais do que benéficos), mas cabe às outras políticas, nomeadamente a orçamental e as de incentivo ao sector privado (nacional ou estrangeiro, agrícola e não agrícola), o papel determinante.

O Banco até poderá estender a toalha em cima da mesa, mantendo-a sem ser amarrotada, mas caberá a outros colocar os pratos, os talheres e, principalmente, a comida nos pratos... Não lhe peçam para fazer mais do que lhe compete. E também não inventem competências que não tem nem deve ter...

A César o que é de César...

Paredes de vidro — O que é e o que faz a ABP/BPA

Uma das unidades orgânicas da ABP/BPA é a Divisão de Estudos Económicos e Estatísticas. Trata-se de um verdadeiro “gabinete de estudos” composto por quatro técnicos (sendo um deles um conselheiro económico internacional).

Genericamente, cabe a esta Divisão a concepção e produção das estatísticas monetárias do país, a realização de estudos de vária natureza sobre a economia nacional e a preparação das três publicações regulares (uma diária, outra trimestral e outra anual) editadas em Timor Leste com um conteúdo de natureza essencialmente económico: uma folha informativa diária (câmbios, bolsas, taxas de juro), o Boletim Económico e o Relatório Anual das actividades da ABP/BPA.

Nesta fase, que se pretende de importante melhoria da qualificação dos quadros técnicos do país, ela tem desempenhado igualmente uma função fundamental na formação não apenas dos seus próprios membros como também do restante pessoal da “Autoridade”.

Apresenta-se a seguir as várias tarefas desempenhadas pela Divisão:

1—Acompanhamento regular da economia de Timor Leste através de:

- ? Elaboração, desde Julho de 2002, das estatísticas monetárias do país.
- ? Estudo de vários aspectos da economia de Timor Leste — incluindo alguns com uma componente internacional importante, como a “economia do café” e a “economia do petróleo” do Mar de Timor
- ? Constituição de uma base de dados com a informação estatística disponível sobre Timor-Leste produzida por várias entidades nacionais e internacionais

2—Divulgação de informação económica

através de:

? Uma folha informativa diária sobre câmbios das principais moedas, taxas de juro e índices das principais bolsas mundiais de valores

? Publicação de um “Boletim Económico” trimestral cuja principal preocupação é analisar, simultaneamente com rigor científico e carácter pedagógico, alguns aspectos da evolução da economia timorense

3—Consultas com entidades exteriores relativas à assuntos económicos:

? Participação, na qualidade de “ponto focal”, da equipa da ABP/BPA encarregue de assegurar as ligações com instituições financeiras internacionais

? Colaboração com entidades exteriores à ABP/BPA, nomeadamente o Ministério das Finanças e do Plano (acções de formação) e sua Direcção Nacional de Estatísticas (estatísticas, p.ex. taxa de inflação)

4—Actividades de colaboração com outras áreas da ABP/BPA:

? Contribuição para a formação técnica e científica do pessoal ligado à Divisão bem como dos restantes membros do *staff* da ABP/BPA

? Coordenação do processo de elaboração dos Relatórios Anuais de actividades da Autoridade

Finalmente mas não menos importante, a Divisão desempenhou um papel fundamental no processo de definição das características das moedas de Timor Leste colocadas em circulação em 10 de Novembro do ano passado.

De facto, foi ela a responsável pelos estudos preliminares e por algumas sugestões gráficas que vieram a ser acolhidas no desenho final das moedas.

A campanha de divulgação das moedas de Timor-Leste

A fim de dar a conhecer aos timorenses as moedas de Timor-Leste e incentivar a troca das moedas americanas pelas novas moedas, decorreu durante quatro semanas, a partir do dia 13 de Outubro do ano passado uma intensa campanha de divulgação que cobriu todos os distritos.

Nessa campanha foram utilizados contactos directos com a população em reuniões nas aldeias, afixação de cartazes, entrevistas na rádio e intervenções na televisão

Todas as referências recolhidas foram muito positivas, notando-se a satisfação de todos pela entrada em circulação das nossas moedas por, como diz o cartaz então divulgado em todo o país, elas serem “bonitas e fáceis de usar”. E serem nossas!

Inaugurada a nova casa-forte da “Autoridade”

Integrado na campanha de entrada em circulação das novas moedas, a ABP/BPA inaugurou, no final de Novembro e por ocasião do seu segundo aniversário, uma casa-forte com condições apropriadas à sua função.

A ASEAN

O que é e qual a sua importância para o futuro de Timor Leste?

A ASEAN- Association of South-East Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático) nasceu em 1967 através da chamada “Declaração de Bangkok”, assinada em 8 de Agosto daquele ano pelos seus cinco países fundadores (Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia).



Tendo surgido pouco depois da luta pelo poder na Indonésia (1965-66) e em plena fase de intensificação da Guerra do Vietname, a ASEAN surgiu mais como uma aliança política face ao “comunismo” (através da constituição de um “cordão sanitário em volta do Vietname” do que como uma associação com pretensões económicas. No entanto, a Declaração não deixou de sublinhar que um dos seus objectivos principais era acelerar o crescimento económico da região através da cooperação entre os países.

Foi só a partir de 1977 que as preocupações económicas começaram a ganhar maior importância, com a assinatura, em 24 de Fevereiro desse ano, do PTA-Preferential Trade Agreement. Este pretendia ser o instrumento fundamental do aumento das trocas comerciais entre os países da organização. Esta, no entanto, não pretendia seguir os passos de maior integração económica que vinham sendo trilhados, já então, pela então Comunidade Económica Europeia (CEE) (nesta altura, abrangendo nove países).

O principal instrumento de implementação do PTA era a prática de tarifas aduaneiras preferenciais entre os países aderentes a fim de aumentar o comércio internacional intra-Associação.

Apesar da instituição do PTA, os países, mais concorrentes entre si do que complementares, mantiveram políticas de defesa dos seus mercados nacionais. Por isso o impacto daquele acordo foi limitado.

Foi preciso esperar por 1992 (quinze anos depois!) para ver o próximo passo, mais decidido, no sentido do efectivo aumento da cooperação económica regional, com acesso mais fácil aos mercados dos vários países. De

facto, foi na Cimeira de Singapura, em Janeiro daquele ano, que os membros da ASEAN (seis, por adesão do Brunei Darussalam em 1984) decidiram “constituir (...) a ASEAN Free Trade Association [AFTA] num prazo de 15 anos a começar de 1 de Janeiro de 1993”. Isto é, programava-se que a AFTA começasse efectivamente em Janeiro de 2008, data a partir da qual as taxas alfandegárias nas trocas comerciais entre os países membros deveriam ser reduzidas para um intervalo de 0 a 5% (Esquema chamado Common Effective Preferential Tariff, CEPT). Condição essencial é que os produtos a trocar cumpram a chamada “regra de origem” de pelo menos 40%. Isto é, pelo menos 40% do valor do produto deverá ter origem nos países da ASEAN.

Em 1995 decidiu-se antecipar em 5 anos (para 2003 e não em 2008) a entrada em vigor do acordo estabelecido. No entanto, os países que aderiram mais tarde à ASEAN (Vietname em 1995, Laos e Myanmar em 1997 e Camboja em 1999) têm os mesmos 10 anos que os outros países para adoptarem as tarifas aduaneiras decididas colectivamente para as trocas intra-ASEAN.

Apesar de o seu objectivo principal ser a crescente eliminação de direitos alfandegários para todo o comércio entre os países da Associação, reconhece-se que tal não é possível de realizar sem que os países tenham a possibilidade de adaptar as suas economias nacionais à crescente concorrência externa.

Assim, foram estabelecidas, de facto, três listas de produtos de acordo com a sensibilidade de cada sector produtivo no contexto das economias da região:

☞ uma lista de bens “sensíveis”, como os bens agrícolas não processados, para os quais é dado um período de tempo mais longo para serem abrangidos pelo CEPT, tendo em atenção o caso específico de cada país e de cada produto;

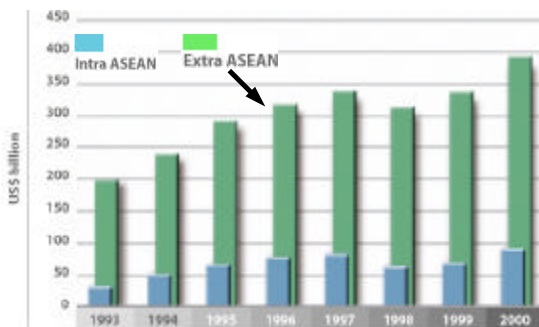


☞ uma de bens excluídos temporariamente, para os quais as tarifas impostas às trocas intra-regionais serão reduzidas para uma taxa de 0-5%, mas que se encontram, para já, sob protecção tarifária, inserida numa política governamental do país importador de salvaguarda dos interesses de alguns produtores nacionais; e

☞ uma lista de bens de exclusão efectiva

A implementação deste esquema destinado a aumentar cada vez mais as trocas entre os países da região tem produzido os seus frutos. De facto, essas trocas terão crescido de 44 biliões de USD em 1993 para 95 biliões (mais do dobro) em 2000, representando uma taxa de crescimento anual de quase 12%. O resultado foi que o comércio intra-ASEAN representava no ano 2000 cerca de 23% do comércio internacional da região.

Comércio externo da ASEAN



Continua na pág. 4

A ASEAN e Timor-Leste (conclusão)

Este valor é, no entanto, considerado modesto por alguns observadores, que justificam a situação com o facto de as estruturas produtivas dos vários países serem mais concorrenciais do que complementares. A complementaridade entre as economias tem, no entanto, vindo a aumentar, para o que tem sido fundamental o papel desempenhado pelas empresas estrangeiras (p.ex., japonesas) localizadas em vários países da região.

De tudo isto resulta que o comércio internacional dos países da ASEAN continua a ser desenvolvido principalmente com países exteriores à Associação.

Insatisfeitos com este resultado e beneficiando do decorrer do tempo — que contribuiu para ir diminuindo o sentimento de recusa de uma maior “integração económica”, preferindo o simples fomento do “comércio livre” que tem caracterizado todo o processo —, os países da ASEAN decidiram em Setembro de 2003, na cimeira de Phnom Penh (Camboja), aprovar o aprofundamento do grau de integração económica entre si através da constituição da “ASEAN

Economic Community” (AEC) [Comunidade Económica da ASEAN]. Tal como se refere no comunicado conjunto então divulgado, “como uma AEC, a ASEAN será [em 2020] um mercado e uma base produtiva única, caracterizado pela livre circulação de mercadorias, serviços, investimento e trabalho especializado bem como por uma maior liberdade de circulação de capitais”.

E Timor-Leste?

E Timor-Leste? Como se articula o recente aparecimento do nosso país, com uma economia ainda tão fraca em quase todos os domínios, com este movimento de crescente integração económica regional. Timor-Leste pode ficar à margem deste processo? A verdade é que é quase impossível pensar num Timor-Leste isolado do resto da região em que quase “naturalmente” se insere...

Mas se isto é verdade, então as perguntas que se seguem são, pelo menos, duas: quando realizar a integração? Em que condições? Note-se que as respostas a estas questões não são independentes entre si.

Quanto à primeira pergunta, tratando-se de uma questão não só económica mas também

política, evidentemente que terão de ser as autoridades timorenses (e as suas contrapartes dos países da ASEAN) a definir o calendário que mais lhes convem mas numa perspectiva económica deve privilegiar-se uma adesão a médio-longo prazo, mais que a curto-médio prazo.

Quanto à segunda pergunta e sabendo-se que a integração de Timor-Leste na ASEAN obrigará a uma redução das taxas alfandegárias e a uma liberalização das importações, devem usar-se os mecanismos próprios à ASEAN referidos acima para, temporariamente, limitar ambos os efeitos de modo a permitir que o choque sobre as contas públicas (redução das receitas aduaneiras) não seja demasiado grande e que os produtores nacionais (ou, melhor, alguns deles) ganhem não só a capacidade necessária para resistir às importações de produtos baratos de outros países da ASEAN mas também, eventualmente, a capacidade de produzir, sózinhos ou em associação com investidores estrangeiros, para o espaço económico alargado que a ASEAN constitui.

O investimento estrangeiro e o desenvolvimento (continuação da pág. 8)

do mercado e reduzir os preços dos produtos — mas sim o apoio à reconversão das práticas das empresas nacionais e o incentivo à realização de empresas conjuntas (*joint ventures*) entre empresários nacionais e estrangeiros, num processo de incentivo ao “*learning by doing*” dos primeiros.

Mas, como se disse, as vantagens superam as desvantagens e por isso existe uma concorrência importante entre os vários países para atrair estes investimentos. Alguns chegam mesmo a organizar-se internamente muito em função da necessidade ou, pelo menos, da opção de atrair tal tipo de investimento. Singapura é um desses casos.

Outros países, porém, são extremamente comedidos na abertura das suas economias ao IDE. É o caso da Índia (ver caixa) e da Coreia do Sul. Esta, na fase mais importante do seu desenvolvimento, nas décadas de 60 a 80, preferiu apostar nos empresários nacionais, contraindo empréstimos no exterior para emprestar a estes a taxas de juro favoráveis, apoiando-os na sua expansão.

Estes casos mais “fechados” ao IDE são, no entanto, a excepção. A maioria dos países procura atrair este investimento. Também Timor-Leste terá de o fazer e para isso é necessário conhecer alguns dos principais determinantes das decisões dos empresários.

Condição *sine qua non* é a existência de estabilidade económica, política e social. Ela inclui a existência de regras legais claras e o funcionamento eficaz do sistema judicial, essencial para resolver conflitos de interesses *se e quando* eles surgirem. Por isso é mais importante que a lei seja aplicada e bem aplicada do que se ela (ou, melhor, se a lei supletiva) tem origem num país ou nouro.

Importante para atrair este tipo de investimentos é também a existência de legislação fiscal que não seja muito mais gravosa que a existente noutros países.

A nível mais directamente económico, é fundamental a dimensão do mercado. Esta tende a ser pequena nos países em desenvolvimento como Timor-Leste, com os seus 470 USD de rendimento anual *per capita*. Por isso é importante que os países estejam ligados entre si em associações económicas que permitam às empresas — nomeadamente as estrangeiras — produzir para um mercado mais alargado do que o nacional. No caso de Timor-Leste, a sua associação à ASEAN pode ser importante nesta perspectiva.

A constituição de uma “Zona Económica Especial”, onde as empresas estrangeiras beneficiam de tratamento legal e fiscal especial, poderá ser considerado mas não se pense que se trata de uma panaceia para atrair investidores estrangeiros. Estes, de facto, beneficiam já, em muitos casos, da redução das tarifas alfandegárias resultantes dos acordos mundiais de comércio, o que reduz, a importância deste tipo de Zonas.

Por outro lado, é natural que as empresas estrangeiras não se preocupem demasiado em maximizar os benefícios para a economia nacional que advêm da sua presença no país. Por isso o governo deverá estar atento e, em alguns casos, exigir algumas contrapartidas a essas empresas. Por exemplo, será conveniente assegurar que elas garantam a formação de pessoal técnico nacional e que procurem, gradualmente, organizar-se de modo a absorverem, mesmo a nível de direcção, pessoal nacional — desde que preparado para tal.

Dependendo do sector produtivo onde se instalem, as empresas estrangeiras poderão ser incentivadas a cumprirem determinadas metas quanto à exportação da sua produção de modo a aumentar as receitas em divisas do país.

Elas deverão também ser incentivadas a aumentarem gradualmente as suas compras no mercado nacional, assegurando com isso a sobrevivência e desenvolvimento de outras empresas, nacionais ou estrangeiras, e, com elas o desenvolvimento económico do país.

Estatísticas monetárias

milhares de USD	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Activos externos líquidos	88,955	88,089	92,791	93,087	92,315	99,671
<i>Disponibilidades sobre o exterior</i>	<i>103,411</i>	<i>102,736</i>	<i>107,846</i>	<i>108,747</i>	<i>108,095</i>	<i>116,141</i>
Disponibilidades da ABP/BPA	54,930	53,125	57,191	61,056	60,092	62,884
Disponibilidades dos bancos comerciais	48,481	49,611	50,656	47,691	48,004	53,257
<i>Responsabilidades para com o exterior</i>	<i>14,457</i>	<i>14,648</i>	<i>15,056</i>	<i>15,660</i>	<i>15,781</i>	<i>16,469</i>
Responsabilidades da ABP/BPA	10,857	10,857	10,857	11,348	11,348	11,487
Responsabilidades dos bancos comerciais	3,600	3,790	4,198	4,312	4,432	4,982
Crédito interno (2)	-25,047	-22,115	-29,224	-29,104	-29,345	-32,716
Crédito à Administração Central/Governo	0	0	0	0	0	0
crédito da ABP/BPA	0	0	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	0	0	0	0	0	0
Depósitos da Administração Central	31,048	29,391	36,298	37,001	37,418	41,535
na ABP/BPA	31,048	29,391	36,298	37,001	37,418	41,535
nos bancos comerciais	0	0	0	0	0	0
<i>(Crédito líquido à Admin. Central = Empréstimos-Depósitos) (1)</i>	<i>-31,048</i>	<i>-29,391</i>	<i>-36,298</i>	<i>-37,001</i>	<i>-37,418</i>	<i>-41,535</i>
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)	6,002	7,276	7,074	7,897	8,073	8,819
crédito da ABP/BPA	33	46	64	78	93	102
crédito dos bancos comerciais	5,969	7,230	7,009	7,819	7,981	8,717
Depósitos dos bancos comerciais na ABP/BPA	6,897	8,126	4,087	6,324	4,626	4,823
Depósitos (à vista e a prazo)	56,030	57,977	55,286	55,905	54,648	58,494
Depósitos à vista nos bancos comerciais	50,329	52,243	49,471	50,113	48,621	52,637
Empresas públicas não financeiras	244	896	869	861	758	755
Depósitos de empresas e particulares	50,085	51,347	48,603	49,252	47,864	51,882
Depósitos a prazo e de poupança	5,701	5,734	5,815	5,792	6,027	5,856
Depósitos da ABP/BPA	0	0	0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares	5,701	5,734	5,815	5,792	6,027	5,856
Outros activos líquidos	1,302	676	841	1,021	803	599
idem, ABP/BPA	-113	-5	-9	314	348	547
idem, bancos comerciais	1,415	681	849	707	454	52
Capital e reservas	9,326	9,137	9,092	9,096	9,144	9,117
Capital realizado	9,339	9,084	9,084	9,084	9,084	9,084
idem, da ABP/BPA	7,351	7,351	7,351	7,351	7,351	7,351
idem, dos bancos comerciais	1,988	1,733	1,733	1,733	1,733	1,733
Resultados	-13	53	8	12	60	33
Resultados da ABP/BPA	299	396	389	429	481	461
Resultados dos bancos comerciais	-312	-343	-381	-417	-422	-428
Reserva geral e reservas especiais	0	0	0	0	0	0
Reserva da ABP/BPA	0	0	0	0	0	0
Reservas dos bancos comerciais	0	0	0	0	0	0

(*) Os valores para o mês de Junho foram actualizados de acordo com as contas da ABP/BPA oficialmente aprovadas no final do exercício de 2002/2003

(1) A partir do mês de Agosto/2003, inclusivé, as estatísticas monetárias passaram a incluir o Banco Mandiri, passando o sector bancário comercial nacional a ser constituído por quatro instituições (três bancos e a Instituição de Micro-Finanças)

(2) devido à forma como é calculado o "crédito líquido à Administração Central" (créditos—depósitos), um valor negativo significa que os depósitos desta são superiores aos créditos por ela obtidos do sistema bancário, nulos no caso de Timor Leste. Esta é a razão pela qual o agregado "crédito interno" — que é apenas concedido ao sector privado — tem valor também negativo

Os principais agregados monetários conheceram durante o ano de 2003 uma evolução significativa. Merecem ser destacadas no comentário as evoluções seguintes:

- Os activos externos líquidos aumentaram gradualmente ao longo do ano, atingindo um crescimento total de 21.3% comparando a Dezembro 2002. A notar no que diz respeito às relações com o exterior, o crescimento significativo das responsabilidades para com o exterior, cerca de 200% em 2003 (dívidas dos bancos locais a entidades não residentes, incluindo as respectivas sedes dos bancos).

- Os depósitos da Administração Central junto da ABP/BPA, depois de ter conhecido um crescimento gradual durante o primeiro e segundo trimestres do ano, conheceram uma certa diminuição durante o terceiro trimestre (cerca de 30% entre Junho e Setembro). É um desenvolvimento que encontra parte da explicação no facto de, no fim de cada ano fiscal (30 de Junho), a Administração gastar a parte importante das verbas orçamentadas mas não gastas até então.

Continua na pag. 6

Estatísticas monetárias

milhares de USD	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Activos externos líquidos	99,390	98,745	103,107	108,799	99,159	108,299
<i>Disponibilidades sobre o exterior</i>	<i>115,159</i>	<i>112,974</i>	<i>117,468</i>	<i>129,737</i>	<i>132,109</i>	<i>153,108</i>
Disponibilidades da ABP/BPA	65,624	62,776	53,765	55,585	53,955	72,811
Disponibilidades dos bancos comerciais	49,535	50,198	63,703	74,152	78,154	80,297
<i>Responsabilidades para com o exterior</i>	<i>15,769</i>	<i>14,228</i>	<i>14,361</i>	<i>20,938</i>	<i>32,950</i>	<i>44,809</i>
Responsabilidades da ABP/BPA	11,348	11,348	11,487	11,487	11,487	11,487
Responsabilidades dos bancos comerciais	4,421	2,880	2,874	9,451	21,463	33,322
Crédito interno (2)	-26,253	-20,173	-14,143	-14,270	-7,980	-21,492
Crédito à Administração Central/Governo	0	0	0	0	0	0
crédito da ABP/BPA	0	0	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	0	0	0	0	0	0
Depósitos da Administração Central	37,267	32,236	28,290	30,761	30,181	49,739
na ABP/BPA	37,267	32,236	28,290	30,761	30,181	49,739
nos bancos comerciais	0	0	0	0	0	0
<i>(Crédito líquido à Admin. Central = Empréstimos-Depósitos) (1)</i>	<i>-37,267</i>	<i>-32,236</i>	<i>-28,290</i>	<i>-30,761</i>	<i>-30,181</i>	<i>-49,739</i>
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)	11,014	12,063	14,147	16,492	22,201	28,247
crédito da ABP/BPA	734	127	225	239	445	406
crédito dos bancos comerciais	10,280	11,935	13,921	16,252	21,756	27,841
Depósitos dos bancos comerciais na ABP/BPA	5,828	12,646	8,485	7,922	5,829	7,578
Depósitos (à vista e a prazo)	58,300	60,699	66,413	71,965	74,389	72,873
Depósitos à vista nos bancos comerciais	52,152	54,355	55,101	59,670	60,593	58,128
Empresas públicas não financeiras	768	710	912	575	562	550
Depósitos de empresas e particulares	51,384	53,646	54,190	59,095	60,031	57,578
Depósitos a prazo e de poupança	6,148	6,344	11,312	12,295	13,796	14,745
Depósitos da ABP/BPA	0	0	0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares	6,148	6,344	11,312	12,295	13,796	14,745
Outros activos líquidos	-5,907	-2,011	-6,396	-6,468	-831	-760
idem, ABP/BPA	-5,890	273	226	330	-165	-148
idem, bancos comerciais	-17	-2,284	-6,622	-6,798	-666	-613
Capital e reservas	9,052	15,501	16,934	17,428	17,176	17,101
Capital realizado	9,084	15,460	16,553	17,447	17,495	17,418
idem, da ABP/BPA	7,351	7,727	7,727	7,727	7,727	7,727
idem, dos bancos comerciais	1,733	7,733	8,826	9,720	9,767	9,691
Resultados	-493	-420	-80	-479	-779	-779
Resultados da ABP/BPA	7	62	102	187	195	373
Resultados dos bancos comerciais	-500	-482	-182	-667	-974	-1,151
Reserva geral e reservas especiais	461	461	461	461	461	461
Reserva da ABP/BPA	461	461	461	461	461	461
Reservas dos bancos comerciais	0	0	0	0	0	0

continuação da pag.5

Estas traduzem-se em pagamentos no trimestre seguinte. No entanto em Dezembro, devido à entrada de fundos provenientes da ajuda internacional, o volume de depósitos do sector público atingiu quase 50 milhões de USD.

- O crédito ao sector privado concedido pelos bancos comerciais aumentou significativamente, por mais de quatro vezes entre o início e o fim do ano. O rácio crédito/depósitos passou de 11% em Janeiro a cerca de 40% em Dezembro 2003.

- Por fim, note-se a evolução interessante, apenas durante o segundo semestre do ano, dos depósitos a prazo e de poupança que viram o seu valor quase triplicar entre Junho e Dezembro de 2003 (de 5,8 para 14,7 milhões USD). Alguma cautela é requerida com a leitura destes dados, já que não se exclui que esses dados resultem do uso de diferentes critérios de classificação.

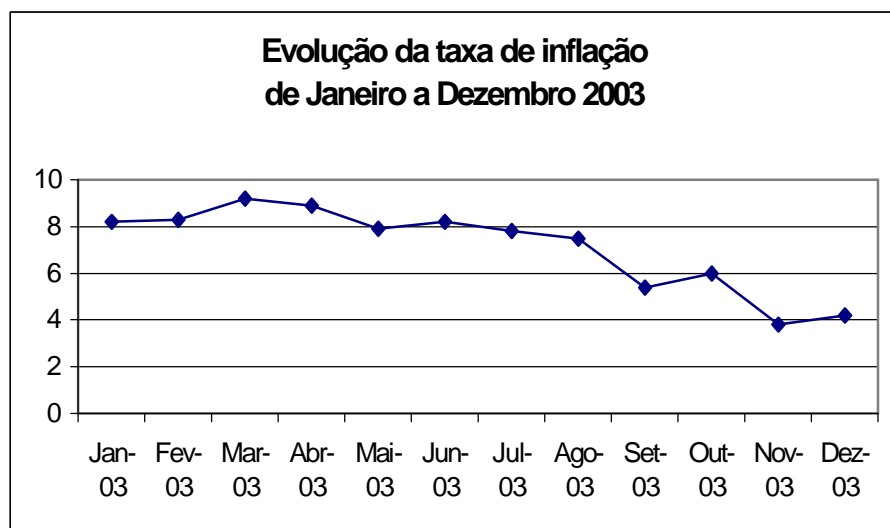
Alguns dados estatísticos sobre as nossas moedas...

O dia 10 de Novembro marcou a entrada em circulação das moedas de Timor-Leste, os "centavos". Ao dia 31 de Dezembro 2003, moedas de "centavos" num valor de \$603,093.95 saíram já dos cofres do ABP/BPA. Apresenta-se uma decomposição detalhada por denominação na tabela junta.

	Valor em circulação	Quantia de moedas em circulação
50 Centavos	264,007.50	528,015
25 Centavos	185,003.75	740,015
10 Centavos	70,801.50	708,015
5 Centavos	45,400.75	908,015
1 Centavo	37,880.15	3,788,015
Total	603,093.65	6,672,075

Evolução dos preços

De acordo com os números recentemente divulgados pelos Serviços Nacionais de Estatística, a taxa de inflação no mês de Dezembro 2003 (evolução dos preços entre os meses de Dezembro de 2002 e Dezembro de 2003) foi de 4,2% para o conjunto de todos os produtos incluídos no “cabaz de compras” (contra 9.5% em Dezembro 2002) utilizado para medir a variação dos preços em Dili — não há ainda disponível um valor nacional. Se, como aconselham as autoridades internacionais devido à especificidade dos mercados de habitação em cada país, retirarmos a este valor o correspondente às variações das despesas com a habitação, a taxa de variação dos preços em Dezembro 2003 foi de 4,3% (contra 10.2% em dezembro 2002).



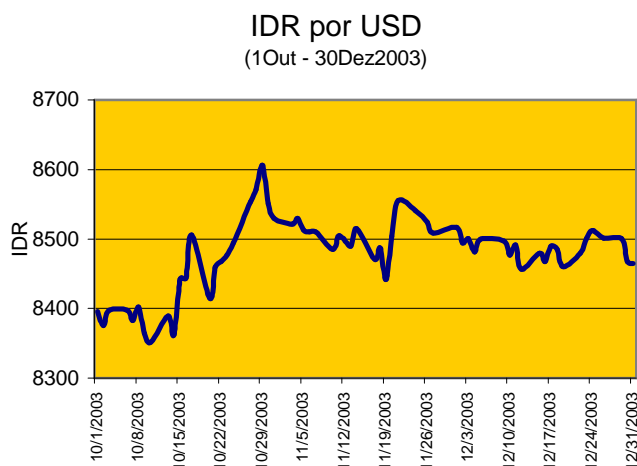
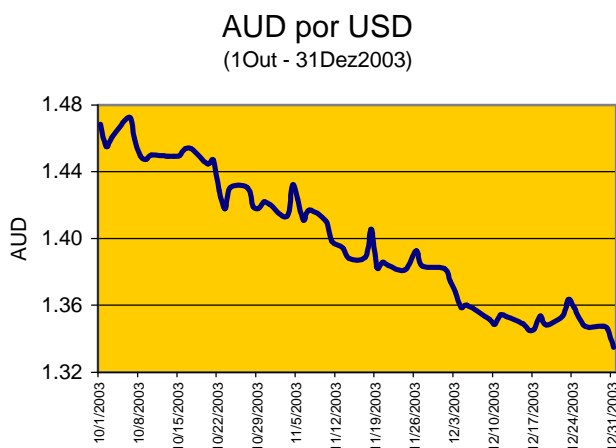
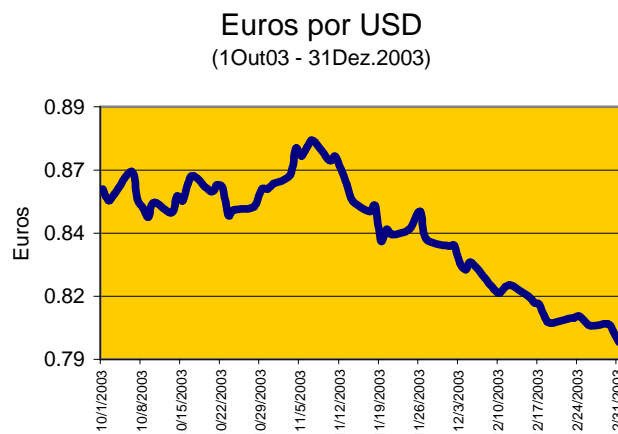
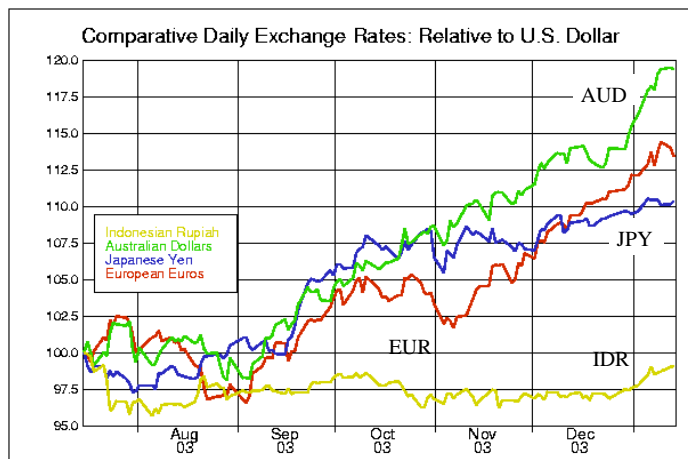
Esta taxa significa uma descida significativa ao longo do ano 2003, já que a taxa de inflação foi de 8.3% em Janeiro 2003. O pico observado em Março encontra explicação apenas na subida de preços do tabaco (+14.1% comparado com Fevereiro) em parte compensada pela descida de preços observada em relação à outros produtos incluídos no cabaz de compras. O pico observado em Outubro encontra explicação na subida de preços de alguns bens alimentares (cerca de 6% comparado com Setembro).

De notar que na edição anterior deste “Boletim”, publicada em Outubro/2003, a ABP/BPA, através da sua Divisão de Estudos Económicos e Estatística, previra, ainda que utilizando métodos extremamente elementares, que a taxa de inflação se situaria, em 2003, nos 4,3% ou, pelo menos, no intervalo 4-5%. Nessa ocasião referimos também que se a época das chuvas decorresse de uma forma que prejudicasse significativamente a agricultura, os preços poderiam subir mais rapidamente no último trimestre de 2003, “empurrando” a taxa de inflação anual para o intervalo 5,5%-6,5%. Felizmente, tal não se verificou.

Balanço e Demonstração de Resultados da ABP/BPA

BALANÇO		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
referido à data de 31 de Dezembro de 2003		do trimestre terminado em 31 de Dezembro de 2003	
ACTIVO	US Dólares	PROVEITOS	US Dólares
Caixa e Depósitos Bancários (moeda doméstica)	61,176,193	Juros recebidos de Activos Financeiros	208,114
Activos financeiros em moeda externa	14,675,659	Transferência orçamental do Governo	194,490
Outros activos	1,304,376	Taxas e comissões de serv. bancários	339,367
TOTAL DO ACTIVO	77,156,227	Ganhos cambiais	95,023
		Outros rendimentos	28,682
		PROVEITOS TOTAIS	865,676
PASSIVO		DESPESAS	
Responsabilidades em moeda doméstica	56,638,484	Custos financeiros	85,140
Responsabilidades noutras moedas	11,545,132	Despesas de importação de notas	155,444
Outras responsabilidades	411,773	Despesas de administração	138,066
TOTAL DO PASSIVO	68,595,389	Despesas com pessoal	114,151
		DESPESAS TOTAIS	492,801
ACTIVOS LÍQUIDOS (Activo menos Passivo)	8,560,838	PROVEITOS LÍQUIDOS	372,875
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital social	7,727,188		
Reservas	460,775		
Proveitos líquidos não distribuídos	372,875		
SITUAÇÃO LÍQUIDA TOTAL	8,560,838		

No gráfico de cima, à esquerda, a evolução das taxas de câmbio é apresentada em índice e não em valor absoluto, como nos restantes gráficos. Por isso neste caso uma subida da linha correspondente a cada moeda representa uma depreciação do USD face à respectiva moeda. Nos gráficos de cada moeda, em que esta é apresentada sob a forma de quantidade da moeda nacional necessária para adquirir um USD, uma descida da linha corresponde a uma depreciação do USD face à respectiva moeda; uma subida corresponde a uma apreciação.

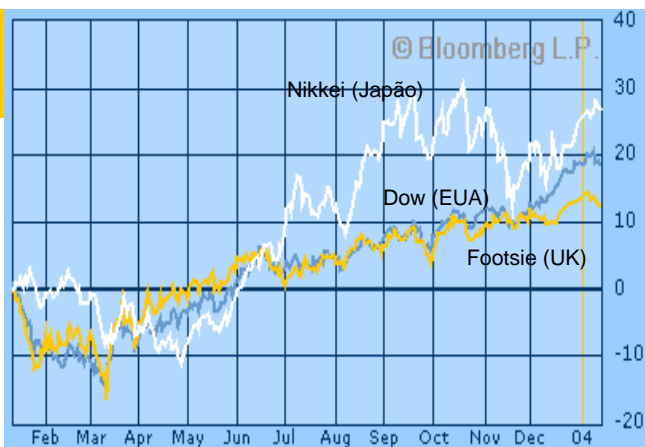


Mercados financeiros

Índices das bolsas de valores: evolução recente

Como se pode verificar pelo gráfico ao lado copiado, com a devida vénia, do site da Bloomberg — uma conhecida companhia de informações financeiras a nível mundial; www.bloomberg.com — o comportamento das bolsas mundiais durante a primeira metade do ano foi medíocre devido, em parte, à incerteza resultante da II Guerra do Iraque e prolongando a tendência negativa que se vinha registrando desde o primeiro trimestre de 2000.

Em contraste, no resto do ano 2003 e nomeadamente no último trimestre se observou uma subida progressiva das bolsas quer nos EUA, quer no Japão ou no Reino Unido, fechando assim o ano com uma nota positiva. Desenvolvidos positivos relacionados com o conflito no Médio Oriente, nomeadamente a captura do Saddam Hussein, bem como a boa recuperação das economias americana e japonesa contribuíram sem dúvida para a tal subida dos mercados financeiros.



E a terminar...

O Investimento Directo Estrangeiro e o desenvolvimento

Um dos problemas fundamentais com que se deparam os países em desenvolvimento no seu processo de crescimento económico e de luta contra a pobreza é o de não disporem dos recursos humanos e financeiros necessários. Deixemos de parte, desta vez, os primeiros e concentremos a nossa atenção nos segundos.

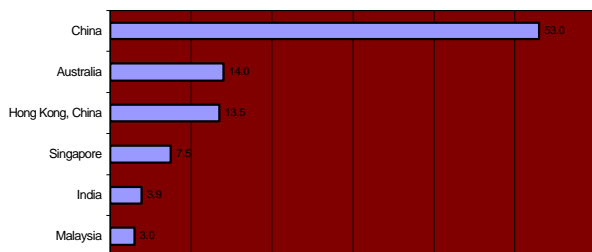
O financiamento pode ser assegurado, genericamente, por dois grandes tipos de fontes de financiamento: as internas e as externas. Nas primeiras incluem-se principalmente as poupanças das famílias, das empresas e do Estado. A carga fiscal num país é importante para determinar a capacidade de poupança nacional. Esta, que nos países mais pobres representa cerca de 20% do rendimento nacional, nos países mais dinâmicos da Ásia Oriental tem taxas próximas do dobro deste valor: 36%. Alguns países têm, por vezes, taxas tão elevadas como os 40% da China e os 47% da Malásia em 2001.

No segundo tipo de poupanças, as externas, incluem-se sobretudo os empréstimos contraídos no exterior pelo Estado ou por agentes económicos nacionais (empresas ou particulares), os donativos concedidos ao país por outros países ou organizações internacionais — de que Timor-Leste tem sido grande beneficiário nestes anos pós-1999 — e os investimentos efectuados no país por empresários estrangeiros, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

As vantagens para um país da captação destes investimentos são muito significativas mas aqui, tal como quase sempre, não há bela sem senão... A verdade, porém, é que o saldo entre vantagens e desvantagens é nitidamente favorável às primeiras — desde logo porque não existem muitas alternativas.

Exemplo de vantagens são o facto de as empresas estrangeiras trazerem consigo, normalmente, dinheiro em moedas fortes — o que ajuda a equilibrar as

Receptores de investimento estrangeiro
na região Asia-Pacífico, 2002
(bilhões de USD)



Source: UNCTAD, FDI/TNC database
<http://www.unctad.org/fdistatistics>

relações económicas e x t e r n a s — , possibilitarem o aumento do emprego, permitirem o acesso a tecnologias mais evoluídas e possibilitarem, muitas vezes, um aumento das exportações do país, melhorando a penetração dos produtos nacionais no mercado internacional. Não menos importante do que estas vantagens é o facto de, quase sempre, servirem

de mercado para outras empresas nacionais que passam a vender à empresa estrangeira parte da sua produção, assim aumentando as interligações entre os vários sectores da economia nacional. Algumas das desvantagens do IDE são o facto de, mais cedo ou mais tarde, pelo menos uma parte dos lucros gerados ser repatriada para o país de origem — como é, aliás, natural e compreensível —, o de, se a empresa for demasiado grande no contexto da economia nacional, o país ficar algo “prisoneiro” da continuação da sua existência pois o seu eventual encerramento significaria um aumento importante do desemprego e a queda das exportações.

Por fim mas não de somenos importância, é preciso estarmos conscientes de que a entrada de empresas estrangeiras em mercados até então dominadas por empresas nacionais pode, se o desequilíbrio entre o poder económico-financeiro dos dois grupos de empresas for muito grande, jogar em prejuízo dos empresários nacionais. Note-se, porém, que a solução para tal caso não é a proibição da entrada de empresários estrangeiros — que pode ser importante para melhorar a eficiência

Continua na pág. 4

Duas políticas diferentes face ao IDE: China, aberta, e Índia, (quase) fechada

Entre 1990 e 2002 a China viu aumentadas as entradas (anuais) de capitais estrangeiros de 3,5 biliões para cerca de 40 biliões USD (já descontado o investimento de empresas chinesas que investem no país através de Hong Kong) enquanto que a Índia viu os fluxos de IDE aumentarem apenas de 0,4 biliões para 5,5 biliões de USD.

O resultado foi que as empresas estrangeiras na China são hoje responsáveis por cerca de 50% das exportações do país, enquanto que em 1989 esta percentagem era apenas de 9%. Na Índia, por sua vez, apenas 10% das exportações actuais têm origem em empresas estrangeiras (3% no início dos anos 90).

A China é, pois, um país muito mais aberto ao investimento estrangeiro do que a Índia, a qual tem prosseguido, desde há muito, uma política de privilegiar os investidores nacionais (ou indianos radicados no estrangeiro), estando mais preocupada com a substituição de importações do que, como no caso da China e da maioria dos países da Ásia Oriental, com o privilegiar a produção de bens para exportação.

O resultado desta diferença de políticas é que hoje o IDE representa cerca de 11% do investimento anual na China enquanto que na Índia ele é de apenas 6%. Pelo seu lado, o valor total de capital estrangeiro na China é hoje de 36% do Produto Interno Bruto (contra 7% em 1990), enquanto que na Índia ele representa apenas 8% (0,6% em 1990).

Estas diferenças são, certamente, uma das causas do diferente desempenho económico dos dois países nos últimos 25 anos e que se traduz, nomeadamente, num rendimento *per capita* que cresceu muito mais rapidamente na China do que na Índia. Este país tinha, em 1980, um rendimento por pessoa de 668 dólares (segundo o método da paridade dos poderes de compra), quase mais 50% que o da China, então de 464 dólares.

No ano 2000, no entanto, a situação já se encontrava invertida e o rendimento da China era de quase 4000 dólares, enquanto que o da Índia se ficava pelos 2400 dólares. Isto é, o rendimento *per capita* da China é hoje quase 70% maior que o da Índia, sendo 8,6 vezes maior do que há 20 anos, enquanto que o da Índia aumentou apenas 3,6 vezes!

É esta capacidade de dinamizar o bem-estar económico de um país que faz do IDE um “fruto” tão apetecido, existindo hoje em dia uma concorrência internacional forte para a sua captação

Fonte: UNCTAD *World Investment Report 2003*, box II.4, pgs 43

Esta publicação é preparada pela Divisão de Estudos Económicos e Estatísticas da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor Leste
Av.ª Bispo Medeiros (junto ACAIT) CxPostal 59 Dili Timor Leste Tel: ++.670. 33 13 718 Fax: [...] 33 13 716

As opiniões aqui expressas não deverão ser consideradas como correspondendo a uma posição oficial da ABPTL. Esta rejeita qualquer responsabilidade sobre os resultados do uso, comercial ou outro, das informações e opiniões aqui publicadas, as quais foram elaboradas de acordo com o nível actual dos conhecimentos existentes sobre os vários assuntos.